

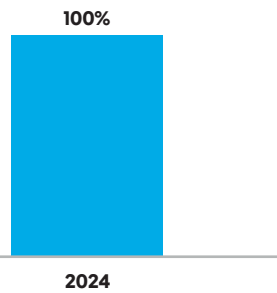


# NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.439.049/0001-64 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Em 2024, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

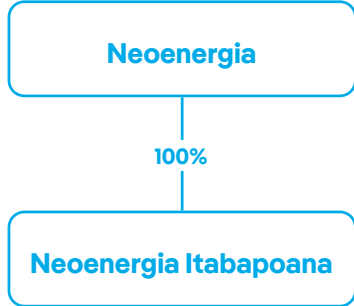
Prezados Acionistas,  
Ao apresentar os resultados de 2024, a Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

#### 1. A NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

#### 1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2024, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



### 2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: no estado do Rio de Janeiro, pelo primeiro e segundo circuito da Linha de Campos 2 - Mutum, em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 227km, com origem na Subestação Campos 2 e término na Subestação Mutum.

Em 2024, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 100%. O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3</b>	<b>90.176</b>	<b>175.966</b>
<b>Custos</b>		<b>(38.446)</b>	<b>(239.816)</b>
Custos de construção	4	(31.957)	(237.651)
Custos dos serviços	5	(6.489)	(2.165)
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>		<b>51.730</b>	<b>(63.850)</b>
Perda de crédito esperadas	9.1	(79)	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(461)	(1.889)
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>		<b>51.190</b>	<b>(65.739)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>6</b>	<b>(61.060)</b>	<b>(50.132)</b>
Receitas financeiras		3.045	7.146
Despesas financeiras		(64.164)	(53.465)
Outros resultados financeiros, líquidos		59	(3.813)
<b>Prejuízo antes dos tributos</b>		<b>(9.870)</b>	<b>(115.871)</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>7.1.1</b>	<b>3.490</b>	<b>39.653</b>
Diferido		3.490	39.653
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(6.380)</b>	<b>(76.218)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(6.380)</b>	<b>(76.218)</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	-	829
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	-	(282)
<b>Total dos itens que serão reclassificados para o resultado</b>	<b>-</b>	<b>547</b>
<b>Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos</b>	<b>-</b>	<b>547</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(6.380)</b>	<b>(75.671)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros						Outros resultados dos abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados dos abrangentes			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>428.536</b>	<b>3.661</b>	-	-	-	-	-	<b>432.197</b>	
Aumento de capital	83.500	-	-	-	-	-	-	83.500	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(6.380)	(6.380)	
<b>Destinação do prejuízo líquido:</b>									
Absorção do prejuízo (nota 13.2)	-	(3.661)	-	-	-	-	3,661	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>512.036</b>	<b>-</b>	-	-	-	-	<b>(2.719)</b>	<b>509.317</b>	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>305.536</b>	<b>3.994</b>	<b>53.513</b>	<b>5.592</b>	<b>16.780</b>	<b>(547)</b>	<b>(76.218)</b>	<b>384.868</b>	
Aumento de capital	123.000	-	-	-	-	-	-	123.000	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(76.218)	(76.218)	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	547	-	547	
<b>Destinação do prejuízo líquido:</b>									
Absorção do prejuízo (nota 13.2)	-	(333)	(53.513)	(5.592)	(16.780)	-	76.218	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>428.536</b>	<b>3.661</b>	-	-	-	-	<b>(6.380)</b>	<b>432.197</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: no estado do Rio de Janeiro, pelo primeiro e segundo circuito da Linha de Campos 2 - Mutum, em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 227km, com origem na Subestação Campos 2 e término na Subestação Mutum. A receita anual permitida (RAP) prevista é de R\$69.100 (data de referência: julho de 2018), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da data de assinatura do contrato de concessão, datado dia 22/03/2019. A Companhia apresentou prejuízo em 2024 e 2023, assim como fluxo de caixa operacional negativo. Diante disso, a Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses. Caso necessário, os acionistas poderão ser capazes de realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações. **1.1. Gestão de riscos financeiros e operacionais:** As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A., compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposta o grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no propósito e valores do grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Neoenergia S.A. é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Diretoria de Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. **1.1.1. Gestão de riscos financeiros e mercado:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxa de juros e índices de preços, risco líquido e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme política de limites e alçadas do grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Neoenergia S.A. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominando ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-derivados com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de hedge, assim como não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotizações das variáveis ativas e passivas nas quais mantem posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de crédito	Receíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controle internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **(a) Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxa de juros e índices de preços: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externo (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida, rendimentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. (ii) Risco de preço de commodities: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das commodities que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. Commodities metálicas: variações nos preços de commodities metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. **(b) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por falta de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos (veja nota 11). **(c) Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (rating), no custo da dívida e na liquidez. **(d) Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou "não performance" de contrapartes. (i) Risco de crédito de instituições financeiras: Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

Rating	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
BNDES	AAA	AAA	AAA
BNP Paribas	AAA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	-	AAA

#### 5.1. Resultado Econômico-Financeiro

DRE (R\$ mil)	2024		2023		Variação	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Receita líquida	90.176	175.966	(85.790)	-49%		
<b>MARGEM BRUTA</b>	<b>90.176</b>	<b>175.966</b>	<b>(85.790)</b>	<b>-49%</b>		
Custos de construção	(31.957)	(237.651)	205.694	-87%		
Custos dos serviços	(6.442)	(2.161)	(4.281)	198%		
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(343)	(1.873)	1.530	-82%		
= Despesa Operacional	<b>(38.742)</b>	<b>(241.685)</b>	<b>202.943</b>	<b>-84%</b>		
PECLD	(79)	-	(79)	0%		
<b>EBITDA</b>	<b>51.355</b>	<b>(65.719)</b>	<b>117.074</b>	<b>-178%</b>		
Depreciação	(165)	(20)	(145)	725%		
Resultado Financeiro	(61.060)	(50.132)	(10.928)	22%		
IR/CS	3.490	39.653	(36.163)	-91%		
<b>PREJUÍZO</b>	<b>(6.380)</b>	<b>(76.218)</b>	<b>69.838</b>	<b>-92%</b>		

A Margem Bruta e as Despesas Operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$90.176 mil, -49% vs. 2023 e -R\$38.742 mil, -84% vs. 2023, respectivamente, explicadas pela finalização das obras no 2º trimestre de 2024. Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$51.355 mil, aumento de 178%, em relação ao ano de 2023. O Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$61.060 mil em 2024 (+22% vs. 2023). A variação é devida principalmente ao aumento das despesas com encargos de dívida em relação ao ano anterior. Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou prejuízo no ano de 2024 de R\$6.380mil, uma redução do prejuízo de 92% em relação ao ano anterior.

#### 6. ESTRUTURA DE CAPITAL

##### 6.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2024, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$585.880 mil (dívida líquida R\$577.403 mil), apresentando aumento de 0,2% em relação a dezembro de 2023, quando a dívida bruta foi de R\$584.497 mil (dívida líquida R\$555.716 mil). Em relação a segregação do saldo devedor, a Companhia possui 99% da dívida contabilizada no longo prazo.

#### DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Itabapoana, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Itabapoana e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Itabapoana. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Itabapoana sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

### BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	8.477	477
Contas a receber de clientes e outros	9	12.748	-
Títulos e valores mobiliários		-	28.304
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	506	6.268
Outros tributos a recuperar		806	1.110
Concessão do serviço público (ativo contratual)	10	99.115	96.129
Adiantamento a fornecedores		607	605
Outros ativos		3.609	3.467
<b>Total do circulante</b>		<b>125.866</b>	<b>136.360</b>
<b>Não circulante</b>			
Tributos sobre o lucro a recuperar		3	3
Tributos sobre o lucro diferido	7.1.2	1.992	-
Depósitos judiciais	12.1.c	18.579	17.358
Concessão do serviço público (ativo contratual)	10	1.093.730	1.059.672
Imobilização		929	685
Intangível		325	406
<b>Total do não circulante</b>		<b>1.115.558</b>	<b>1.078.124</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.241.424</b>	<b>1.214.484</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros		10.122	54.871
Empréstimos e financiamentos	11.2	7.921	32.329
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		181	2.323
Outros tributos a recolher	7.2	4.148	2.733
Outros passivos		3.655	4.054
<b>Total do circulante</b>		<b>26.027</b>	<b>96.310</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	11.2	577.959	552.168
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	-	1.498
Outros tributos a recolher	7.2	117.875	114.288
Provisões	12	10.238	13.280
Outros passivos		8	4.745
<b>Total do não circulante</b>		<b>706.080</b>	<b>685.977</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Atribuído ao acionista da Companhia	13	509.317	432.197
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>509.317</b>	<b>432.197</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>1.241.424</b>	<b>1.214.484</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**1.1.2. Gestão de demais riscos associados: (a) Casos fortuitos e de força maior:** Os contratos de concessão de transmissão estabelecem que, em caso de evento de força maior ou caso fortuito (art. 393 do Código Civil), a transmissora não será responsabilizada pelo não cumprimento das obrigações contratuais durante o período do evento. Indisponibilidades de serviço devido a sabotagem, terrorismo, calamidades públicas, força maior ou caso fortuito, reconhecidas pela ANEEL, não estão sujeitas a penalidades contratuais. A ANEEL é responsável por apurar e caracterizar a existência de excludente de responsabilidade e nexo de causalidade em situações de força maior, incluindo greves ilegais, suspensões judiciais, embargos administrativos, não emissão de licenças por motivos não imputáveis à transmissora e invasões em áreas de obras. A ausência de regras objetivas para o acionamento de pleitos de força maior pela ANEEL, representa um risco regulatório, podendo resultar em penalidades, multas, frustração de receitas, sobrecustos e desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. **(b) Inadimplência extraordinária:** A Lei nº 14.120/2021 determina a eliminação gradual do benefício de redução de até 50% nas Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e Transmissão (TUST) para centrais geradoras de fontes renováveis. Esse benefício foi mantido para empreendimentos que solicitassem outorga ou alteração técnica em até 12 meses da publicação da norma e entrassem em operação comercial em até 48 meses. Isso levou a um aumento significativo nos pedidos de outorga de geração de energia, especialmente para fontes eólica e solar, conhecido como a "Corrida do Ouro". Muitos empreendimentos enfrentaram atrasos na operação comercial devido à falta de capacidade financeira ou técnica, resultando em inadimplência setorial e afetando a receita dos concessionários de transmissão. A ANEEL, junto aos ONS e outros agentes, está adotando medidas de controle para evitar nova escalada de inadimplência, mas os efeitos da "Corrida do Ouro" ainda estão sendo estudados para deliberação futura. **(c) Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Responsabilidade civil geral - operações	31/05/2024 a 31/05/2025	100.0



Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 7/CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação das Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, Reverse factoring, Confirming e/ ou assemelhadas, que envolvam as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento ou postergação de prazo de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como esse uso desses instrumentos afetou as operações da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

**b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/OCPC 10: Créditos de Carbono (TCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBO)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (TCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Conseqüentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtópicos definidos de divulgação reduzidos. Essa norma se aplica somente às entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a IFRS 10 Consolidated Financial Statements e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.	01/01/2027, aplicação retrospectiva
IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade	IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as IFRS Accounting Standards para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos. Essa norma se aplica somente às entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a IFRS 10 Consolidated Financial Statements e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.	01/01/2027

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

**3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2024	2023
Remuneração do ativo contratual	123.595	114.239
Construção de infraestrutura da concessão	(37.281)	79.665
Receita de operação e manutenção	2.039	-
Ganho (perda) na RAP	4.433	-
Outras receitas	7.000	-
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>100.006</b>	<b>193.904</b>
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(9.830)	(17.936)
<b>Total receita operacional líquida</b>	<b>90.176</b>	<b>175.968</b>

**3.1. Deduções da receita bruta**

	2024	2023
<b>Tributos</b>		
PIS e COFINS - correntes	(5.837)	-
PIS e COFINS - diferidos	(3.427)	(17.936)
<b>Encargos Setoriais</b>	<b>(9.264)</b>	<b>(17.936)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(566)	-
<b>Total</b>	<b>(9.830)</b>	<b>(17.936)</b>

**3.2. Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como substituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (veja nota 10 para mais informações). A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPC). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº 04, divulgada pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16% a.a. e 17% a.a. nominal e antes dos impostos. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5% a.a. e 11,0% a.a.

**4. CUSTOS DE CONSTRUÇÃO**

	2024	2023
Pessoal e benefícios a empregados	(3.907)	(8.647)
Material	(5.743)	(48.797)
Serviços de terceiros	(19.651)	(174.151)
Outros	(2.656)	(6.056)
<b>Total</b>	<b>(31.957)</b>	<b>(237.651)</b>

**5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	2024		Total
	Custo dos serviços	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(1.457)
Pessoal e benefícios a empregados	(1.029)	152	(877)
Material	(35)	(35)	(70)
Serviços de terceiros	(2.515)	(378)	(2.893)
Depreciação e amortização	(47)	(118)	(165)
Provisão para processos judiciais	-	(30)	(30)
Impostos, taxas e contribuições	(14)	(18)	(32)
Outras receitas e despesas, líquidas	(2.269)	(69)	(2.338)
<b>Total</b>	<b>(6.489)</b>	<b>(461)</b>	<b>(6.950)</b>

**6. RESULTADO FINANCEIRO**

	2023		Total
	Custo dos serviços	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(3.588)
Pessoal e benefícios a empregados	(1.997)	(1.591)	(3.588)
Serviços de terceiros	(121)	(151)	(272)
Depreciação e amortização	(4)	(16)	(20)
Provisão para processos judiciais	-	(27)	(27)
Impostos, taxas e contribuições	(32)	(38)	(70)
Outras receitas e despesas, líquidas	(11)	(66)	(77)
<b>Total</b>	<b>(2.165)</b>	<b>(1.889)</b>	<b>(4.054)</b>

	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	2.432	6.859
PIS e COFINS sobre receita financeira	(168)	(373)
Atualização de depósitos judiciais	775	652
Outras receitas financeiras	6	8
<b>Total</b>	<b>3.045</b>	<b>7.146</b>

	2024	2023
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(63.291)	(51.574)
Encargos sobre mútuo	-	(944)
Encargos de provisões para processos judiciais	(282)	-
IOF	(7)	(598)
Outras despesas financeiras	(584)	(349)
<b>Total</b>	<b>(64.164)</b>	<b>(53.465)</b>

	2024	2023
<b>Outros resultados financeiros, líquidos</b>		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	-	1.757
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	-	(6.979)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	-	1.283
Perdas com variações cambiais e monetárias	(335)	(384)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	324	510
<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>(3.813)</b>

**Resultado financeiro, líquido** **(61.060)** **(50.132)**

**7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS A RECOLHER**

**7.1. Tributos sobre o lucro:** Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
<b>Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>(9.870)</b>	<b>(115.871)</b>
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação 34%	3.556	39.376
<b>Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:</b>		
Outras adições permanentes	134	257
<b>Tributos sobre o lucro Alíquota efetiva</b>	<b>3.490</b>	<b>39.653</b>
Diferido	3.490	39.653

**7.1.2. Tributos sobre o lucro diferidos**

	2024	2023
<b>Prejuízo fiscal</b>	<b>74.411</b>	<b>58.099</b>
<b>Diferenças temporárias:</b>		
PLR	165	211
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(73.037)	(60.019)
Outros	453	210
<b>Total</b>	<b>1.992</b>	<b>(1.498)</b>
Ativo não circulante	1.992	-
Passivo não circulante	-	(1.498)

As variações dos tributos diferidos ativos e passivos são as seguintes:

	2024	2023
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>(1.498)</b>	<b>(40.869)</b>
Efeitos reconhecidos no resultado	3.490	39.653
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	-	(282)
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>1.992</b>	<b>(1.498)</b>

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2024, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	Entre 2028 e 2032	Entre 2033 e 2037	Entre 2038 em diante
Ativo fiscal diferido	1.325	9.773	63.931

**7.1.3. Tributos sobre o lucro a recuperar**

	2024	2023
Imposto de Renda - IR	503	6.271
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	6	-
<b>Ativo</b>	<b>509</b>	<b>6.271</b>
Circulante	506	6.268
Não circulante	3	3

**7.1.4. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

**7.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher**

	2024	2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	8.001	7.946
Programa de Integração Social - PIS <sup>(1)</sup>	19.856	19.073
Contribuição para o Financiamento da Seguridade social - COFINS <sup>(2)</sup>	91.370	87.855
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.781	1.828
Outros	714	519
<b>Outros tributos a recolher</b>	<b>121.702</b>	<b>117.021</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	161	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	15	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	51	-
Ministério de Minas e Energia (M.M.E.)	44	-
Outros encargos setoriais	50	-
<b>Encargos setoriais</b>	<b>321</b>	<b>-</b>
<b>Total outros tributos e encargos setoriais a recolher</b>	<b>122.023</b>	<b>117.021</b>
Circulante	4.148	2.753
Não circulante	117.875	114.268

<sup>(1)</sup> Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

**8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	5.378	123
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.783	-
Fundos de investimento	316	354
<b>Total</b>	<b>8.477</b>	<b>477</b>

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 e de 99,9% do CDI (100,5% em 31 de dezembro de 2023). A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

	2024	2023
<b>Carteira</b>		
<b>Fundos exclusivos</b>		
Operações compromissadas	316	354
<b>Total</b>	<b>316</b>	<b>354</b>

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

**9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS**

	2024		2023	
	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas
Concessionárias	12.827	(79)	12.748	-
<b>Total</b>	<b>12.827</b>	<b>(79)</b>	<b>12.748</b>	<b>-</b>

Circulante **12.748** **-**

O aging do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2024		2023	
	Receível	Perdas de crédito esperadas	Receível	Perdas de crédito esperadas
A vencer	12.710	(41)	-	-
<b>Saldos vencidos:</b>				
entre 1 e 90 dias	47	(10)	-	-
entre 91 e 180 dias	70	(28)	-	-
<b>Total</b>	<b>12.827</b>	<b>(79)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**9.1. Variação das perdas de crédito esperadas - PCE**

	2024	2023
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Adições	(92)	-
Reversões	13	-
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>(79)</b>	<b>-</b>

**9.2. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil:** O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 15.4) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas de crédito esperadas. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de perda esperada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia. A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

**10. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)**

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

	2024	2023
<b>Saldo do ativo contratual</b>	<b>1.192.843</b>	<b>1.155.801</b>
Circulante	99.113	96.129
Não circulante	1.093.730	1.059.672

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	2024	2023
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>1.155.801</b>	<b>961.898</b>



**14.1. Saldo em aberto com partes relacionadas**

	Subsidiárias da Neoenergia	
	2024	2023
<b>Ativo</b>		
Contas a receber <sup>(a)</sup>	2.186	-
	<b>2.186</b>	-
<b>Passivo</b>		
Fornecedores e contas a pagar <sup>(b)</sup>	341	453
Compartilhamento de pessoal	(567)	138
	<b>(226)</b>	<b>591</b>

**14.2. Transações com partes relacionadas**

	Subsidiárias da Neoenergia	
	2024	2023
Receita operacional líquida <sup>(a)</sup>	6.163	-
Custo dos serviços <sup>(b)</sup>	(1.687)	-
Despesas gerais e administrativas	1.364	(1.185)
	<b>5.840</b>	<b>(1.185)</b>

**14.3. Principais transações com partes relacionadas**

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo/(Passivo)	Resultado do exercício
a)	Norte Energia Neoenergia	TUST	IPCA	25 anos	2048	1.340	2.100
a)	Pernambuco Neoenergia	TUST	IPCA	25 anos	2048	158	735
a)	Coelba	TUST	IPCA	25 anos	2048	271	1.278
b)	Elektro O&M	O&M	IPCA	5 anos	2028	(341)	(1.687)

**14.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave):** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve remuneração dos administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

**15. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**15.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:** A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2024		2023		
	CA	VJR	CA	VJORA	VJR
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8.161	316	123	186	168
Contas a receber de clientes e outros	12.827	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	4	-	28.304
	<b>20.988</b>	<b>316</b>	<b>127</b>	<b>186</b>	<b>28.472</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	10.122	-	54.871	-	354
Empréstimos e financiamentos	585.880	-	584.497	-	-
Outros passivos financeiros	3.650	-	8.801	-	-
	<b>599.652</b>	<b>-</b>	<b>648.169</b>	<b>-</b>	<b>354</b>

CA - Custo amortizado  
VJORA - Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes  
VJR - Valor justo por meio do resultado

**15.2. Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 15.7 - análise de sensibilidade. **15.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2024	2023
	Nível 2	Nível 2
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	316	354
Títulos e valores mobiliários	-	28.304
	<b>316</b>	<b>28.658</b>

**15.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2024		2023	
	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	585.880	565.472	584.497	602.291

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **15.5. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer

diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **15.6. Métodos e técnicas de avaliação:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, na dívida indexada por taxa fixa, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando a curva dos títulos da Companhia. **15.7. Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objeto de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2024. - **Cenário Provável:** Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde-xador	Risco	Cotação	Expo-sição (Saldo/ Ncional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,15%	39.412	4.755	(713)	(1.426)
<b>Passivos financeiros</b>							
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,87%	(638.743)	(66.441)	(4.922)	(9.844)

**16. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em 07 de janeiro de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de Capital Social no valor de R\$ 1.500 mediante a emissão de 1.500.000 novas ações. O Capital Social subscrito é de R\$ 516.036 totalmente integralizado, dividido em 516.036.057 ações ordinárias.

**MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**

DIRETORIA EXECUTIVA	
Fabiano Uchoas Ribeiro <b>Diretor-Presidente</b>	Luciana Maximino Maia <b>Diretora de Contabilidade</b>
CONTADORA	
Rachel Alves Pascale <b>CRC-RJ-n° 115915/O-3</b>	

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas e Administradores Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Concessão do serviço público - ativo contratual** Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3 e nº 10 às demonstrações financeiras, a Companhia atua como prestadora de serviços, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. O reconhecimento do ativo contratual de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada, e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido na mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo, nas margens de lucros e nas projeções das receitas esperadas, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato como um assunto significativo para a nos-

sa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (ii) avaliação do desenho e da implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas; (iii) entendimento dos critérios e premissas utilizados na determinação das margens de construção e operação e manutenção das taxas implícitas aplicadas aos fluxos de recebimento futuro; (iv) testes substantivos relacionados aos documentos comprobatórios das adições ao ativo de contrato, recálculo dos fluxos de recebimento futuro dos projetos de infraestrutura, recálculo das atualizações monetárias e da remuneração financeira dos ativos contratuais, em base amostral, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia e; (v) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Como resultado da execução desses procedimentos, foi identificada deficiência nos controles internos relacionada a certos componentes do cálculo do "Ganho (perda) na RAP". Avaliamos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos, inicialmente planejados, e concluímos que estes permanecem adequados. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas são aceitáveis para suportar os julgamentos, as estimativas e as informações incluídas nas demonstrações financeiras como um todo. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente-

mente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025

**Deloitte.**

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Fernando de Souza Leite  
Contador  
CRC nº PR 050422/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 18/02/2025  
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/02/18/ITABAPOANA1580930118022025.pdf>  
Hash: 174190166019a3f047ab384215a98249191be27779